

Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE, Secretário Parlamentar da Câmara dos Deputados e Conselheiro Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República @ - josbertini@uol.com.br

Políticas Públicas de Juventude no Brasil:

resgate de uma trajetória em construção

Public Policies for Youth in Brazil: the rescue of a path under construction

Maria Celeste Magalhães Cordeiro*
Josbertini Virgínio Clementino*

RESUMO: O presente artigo trata do objeto das políticas públicas de juventude. Faz-se uma discussão inicial sobre a compreensão da juventude na contemporaneidade, identificado os diversos olhares atribuídos aos jovens pela sociedade. Em seguida é realizada uma breve contextualização e resgate das políticas de juventude no Brasil, relatando a trajetória dessas políticas e sua situação no momento atual. O quadro atual das políticas de juventude no nosso país revela que há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de transformar em políticas públicas de Estado, as atuais políticas de governo para o público juvenil.

Palavras-chave:
Juventude, Políticas de Juventude, Políticas Públicas.

I ntrodução

O tema “juventude” auferiu visão pública nos últimos anos no Brasil, ocupando a pauta em diversos espaços, como os meios de comunicação, as universidades e os parlamentos. Uma das razões deste interesse é o aumento do número de jovens no País. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, há cerca de 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos no Brasil, representando mais de 1/4 da população nacional (PNAD, 2010). Em comparação demográfica a população total da Argentina foi estimada em cerca de 40 milhões e a da Venezuela em 27 milhões (UNFPA, 2010).

Num país de proporções continentais, como o Brasil, atravessado por gritantes desigualdades sociais, os jovens não devem ser enxergados como um bloco

homogêneo. Ao debruçar-se sobre a juventude brasileira, o conceito de “juventudes plurais” torna-se mais adequado, já que há diferenças acirradas de ser jovem em função das classes sociais, de habitar no centro da grande metrópole ou em sua periferia, de viver no campo, de pertencer a religiões e credos distintos, chegando também no nível das etnias.

Os olhares da sociedade sobre a juventude ainda é carregado de mitos e preconceitos. É necessário sempre renovar esse olhar compreendendo melhor, e ouvindo o que os próprios jovens querem e pensam sobre seu futuro, para que se possam construir novos referenciais de sociedade.

Quanto às políticas de juventude, identifica-se que chegam de maneira tardia na agenda das políticas públicas no Brasil. Essas políticas já existem no país e esse processo de inserção na agenda pública foi iniciado e está em curso. A trajetória dessas políticas deve ser reforçada para que seu processo de consolidação seja irreversível, permanente e sustentável.

A compreensão da juventude na contemporaneidade

O primeiro passo para discutir juventude é identificar de qual juventude se está falando. Falar deste grupo pode parecer uma tarefa simples, uma vez que o termo é corrente nos vocabulários e tem-se uma definição no senso comum. Convive-se com jovens no dia-a-dia e todos têm opiniões a respeito das características, questões, problemas ou virtudes da juventude. Diariamente observam-se instituições disseminarem impressões sobre quem são e como vivem os jovens.

Com frequência, a imagem dos jovens é permeada por estereótipos e por um conjunto de idéias bastante contraditórias sobre a vivência da condição juvenil. É comum, por exemplo, que comerciais e propagandas explorem a imagem da juventude, associando os sujeitos jovens à saúde, ao desprendimento, à liberdade e à espontaneidade. Por outro lado, nos noticiários da TV, pode-se observar uma percepção bastante negativa dos jovens, atrelando suas imagens, sobretudo de negros e pobres, ao desvio, à desordem social e à violência.

Constata-se esta contradição pelo fato de a sociedade, por um lado, ser “juventocêntrica”, em que ser jovem se tornou um modelo cultural valorizado e consumido por todos, estando nesta condição ou não; por outro, quando se verificam os jovens concretos e também reais, percebe-se a existência de preconceitos e estereótipos que são reiterados em diferentes espaços. Um exemplo é a idéia de irresponsabilidade e imaturidade visivelmente difundida

para falar do conjunto dos jovens, enquanto a violência e o desvio são estigmas que recaem para grupos específicos da população. (FREITAS E PAPA, 2003).

A primeira dificuldade quando se fala da juventude é determinar qual é a faixa etária que a define. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e outras instituições de pesquisa no País têm utilizado o recorte dos 15 a 24 anos (IBGE, 2000). Já outras organizações tomam como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, que determina o término da adolescência aos 18 anos (ECA, 1995). A Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal adotou como parâmetro a idade de 15 até 29 anos (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006).

A discussão sobre o início e o término da juventude diz respeito a como se diferencia esta de outros grupos dentro da população. Além disso, ela define, por exemplo, a quem devem ser destinados recursos, projetos e políticas dirigidas aos jovens. No Brasil, ainda há uma confusão no uso dos termos juventude e adolescência, muitas vezes empregados como sinônimos, mas que embora estejam relacionadas, as duas categorias dizem respeito a processos distintos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS, a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico e psíquico, que vai dos dez aos dezenove anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (dez a quatorze anos) e a adolescência propriamente dita (quinze a dezenove anos). Esta definição leva em conta o desenvolvimento bio-psíquico dos sujeitos. Já a juventude é considerada uma categoria que foi social e historicamente constituída e que está relacionada com um período no ciclo vital dos indivíduos para o qual cada sociedade atribui sentidos, expectativas e significados diversos (CLEMENTINO, 2011).

A juventude, tal como a se concebe hoje, está conectada à estruturação da sociedade moderna ocidental e às novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento industrial e capitalista. A idéia de juventude foi estabelecendo-se como um momento cuja marca seria o preparo para a “vida adulta”. E esse ciclo termina quando os sujeitos transpõem algumas fronteiras que marcam aquilo que socialmente é atribuído ao mundo dos adultos: terminar os estudos, viver do próprio trabalho, sair da casa dos pais, casar-se, ter filhos e estabelecer-se numa moradia pela qual se torna responsável.

Os jovens brasileiros, porém, conciliam escola e trabalho. Muitos, apesar de trabalhar, ainda não conseguem produzir o próprio sustento com a renda obtida. Alguns já se encontram experimentando paternidade e maternidade. A idéia de manter a juventude afastada de algumas atribuições reservadas aos adultos está longe de ser uma realidade partilhada pelo conjunto de jovens brasileiros.

Além disso, mudanças recentes na sociedade tornam cada vez mais difíceis definir onde começa e onde termina a juventude. O aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a ampliação do tempo de permanência na escola, o desemprego estrutural, entre outros, produzem o que muitos denominam de prolongamento e “descronologização” da juventude.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, um espaço de articulação e formulação de políticas para a juventude que reúne sociedade civil e representantes do Poder Público, considerou que são jovens no Brasil na sua publicação “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas”:

(...) o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. (...) Nesse caso, podem ser considerados jovens os “adolescentes-jovens” (cidadãos e cidadãs com idade entre 15 e 17 anos), os “jovens-jovens” (com idade entre os 18 e 24 anos) e os “jovens-adultos” (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa-etária dos 25 aos 29 anos).

Trabalhar com essas distinções é útil porque permite aprimorar o conhecimento sobre os sujeitos e descobrir suas reais necessidades, interesses e demandas.

A juventude pode ser considerada uma etapa da vida que, como as outras, possibilita um conjunto de novas trajetórias, desafios e experiências. Mais do que um momento assinalado por transformações biológicas, a juventude é marcada pelas relações que as pessoas estabelecem dentro da sociedade. Se for considerada, porém, apenas como um momento de trânsito entre infância e o estágio adulto, corre-se o risco de perceber a juventude apenas a partir daquilo que o senso comum diz que lhe falta: maturidade, competências e responsabilidades de adultos.

É preciso perceber que ela também é uma vivência específica no presente, marcada por novas experiências, contato com outros grupos e maior autonomia da família e de outros adultos. Sendo assim, a juventude combina processos de preparo para a vida adulta, entrando aí a formação, com outros de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação política efetiva (ABRAMO, 1997).

Outra especificidade da juventude é o fato de este grupo de pessoas viver de modo mais intenso os dilemas e questões que são de toda a sociedade, antecipando-as. Eles chegam depois na sociedade do adulto. Por isso,

possuem mais condições de estranhá-la e questioná-la. Isso não significa, contudo, afirmar que os jovens sejam naturalmente revolucionários, mas sim que estão mais dispostos a novas experiências. Podem, todavia, buscar um caminho de ruptura ou de inserção. E a ruptura pode ter diferentes significados, não sendo necessariamente positiva.

Os jovens podem ou não conservar valores como a solidariedade e o respeito, podem lutar por um país mais justo ou podem referendar um mundo competitivo e desigual. Tudo depende de suas experiências concretas e das possibilidades reais de constituir suas experiências nas diferentes esferas da vida. Produziu-se um consenso, no Brasil, de que é necessário atentar para as diversas situações envolvidas quando se trata da juventude. Isso porque é muito difícil afirmar que os jovens do país partilham de condições parecidas para vivenciar esta etapa da vida.

Por outro lado, os jovens de hoje sofrem o impacto de questões como o avanço de doenças como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS, a presença cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação, a mudança nas estruturas familiares, a chegada do aquecimento global e outras ameaças ao meio ambiente e o aprofundamento da globalização capitalista. Isso define as experiências dos sujeitos jovens e influencia as visões que eles próprios possuem de si. Assim, as vivências e experiências dos jovens estão fortemente ligadas aos contextos em que os sujeitos estão imersos e com as diferentes práticas culturais. Essas diferenças também são marcadas pelas limitações de ordem econômica e social desses contextos.

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural –, sua situação familiar, ter ou não uma deficiência, sua orientação sexual e sua escolha religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando internamente este grupo que se chama de juventude. Por isso, ao falar-se das experiências juvenis, deve-se reconhecer esta diversidade e pronunciar juventudes, no plural; e esse reconhecimento demanda uma atenção redobrada para aqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens.

A trajetória das políticas de juventude no Brasil a partir da redemocratização

Diferentemente de países que intensificaram a consolidação das políticas de juventude nas suas agendas a partir das discussões lideradas no plano internacional pelo Sistema da Organização das Nações Unidas – ONU já na

década de 1960, constata-se que o Brasil somente inicia este debate mais intenso e organizado em meados da década de 1990, praticamente dez anos após a declaração do Ano Internacional da Juventude.

O debate sobre a juventude reaparece, com alguma ênfase, no Brasil, quando a ONU recolocou o tema na pauta e elegeu o ano de 1985 como “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. O impacto, entretanto, aconteceu em plano estadual, nos estados de São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, que instituíram os primeiros conselhos estaduais de juventude.

O protagonismo juvenil na luta contra a Ditadura encontrou expressão massiva no movimento das Diretas Já, a maior jornada de mobilização de ruas havida até então. Mesmo com a derrota da emenda Dante de Oliveira, Tancredo Neves vence no Colégio Eleitoral, simbolizando a volta de um civil ao Palácio do Planalto, mas antes de sua posse, morre.

Ainda assim, a democracia se afirma no amplo movimento cívico pela aprovação da Constituição de 1988, que consolidará as eleições diretas para todos os cargos e a legalidade dos partidos políticos. Na Constituinte, diversas juventudes se unem na campanha Se Liga 16, que consegue recolher cerca de um milhão de assinaturas para legitimar o voto facultativo com 16 e 17 anos, conferindo expressivo peso eleitoral à juventude brasileira no novo ordenamento democrático (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2011).

A partir de segunda metade dos anos 1990, podemos perceber a emergência de certo número de iniciativas empreendidas pelos diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal. É nesse período que surgem, nos planos local e regional, organismos públicos destinados a articular ações no âmbito do Poder Executivo e estabelecer parcerias com as organizações juvenis, da sociedade civil e do setor privado para, a implantação de projetos ou programas de ação para a juventude.

Devemos destacar que, nessa década, houve passos iniciais e sinalizações da institucionalização das políticas de juventude no Brasil e uma movimentação de organizações de juventude para levar o tema ao centro das políticas públicas, que é expressão do protagonismo juvenil nos temas gerais da Nação. O impeachment de Collor, impulsionado por jornadas de protestos multitudinários de estudantes leva à posse do vice presidente Itamar Franco. Ele instituirá em 13 de julho de 1993 a Semana Nacional do Jovem pela Lei n° 8.680.

Foi realizado pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES¹ em 1995, no Rio de Janeiro, o I Encontro

1 Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de programas e projetos sociais em benefício da juventude. Atua como agente de integração, fazendo a mediação entre as empresas conveniadas que oferecem vagas de estágio a estudantes de ensino médio, técnico e superior que buscam uma oportunidade. Referida Fundação representou o Governo Brasileiro em vários eventos internacionais de juventude na década de 1990, inclusive na Organização Ibero-americana de Juventude.

Nacional de Técnicos em Juventude, com a participação de especialistas e jovens de vários municípios brasileiros, no qual se debateu e foi indicada uma proposta de formulação de Política Nacional de Juventude (CLEMENTINO, 2011).

Em 1997, dois anos depois, no âmbito do Governo Federal, criou-se uma Assessoria específica de juventude vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação. Neste mesmo ano, constituiu-se a primeira articulação nacional de gestores de juventude de Governos e Prefeituras focada especificamente na promoção das Políticas Públicas de Juventude - PPJ, a Organização Brasileira de Juventude - OBJ.

Em 1998, foi realizado o I Festival Nacional de Juventude, em Brasília, promovido pelo Governo do Distrito Federal, gestão de Cristovam Buarque, e sociedade civil. O Festival contou com a presença de cerca de cinco mil jovens, tornando-se o encontro de juventude mais amplo, plural e participativo ocorrido no Brasil na década de 1990. Entre suas propostas, estava a de discutir e aprofundar a elaboração e execução de políticas de juventude. Concomitantes ao Festival surgiram as bases do Fórum Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis, espaço que articula diferentes atores.

Entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não se possa falar de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros na esfera federal, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base nas ideias de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude. Em geral, o jovem sempre era visto numa condição de risco social e/ou vulnerabilidade, o que resultava na formulação de programas e projetos associando o jovem ao tema da violência, vinculado ao consumo e tráfico de drogas, e ao desemprego.

Nos anos iniciais de 2000, observa-se um aprofundamento do debate na sociedade civil e nas universidades. Em 2002 e 2003, respectivamente, a Universidade Federal Fluminense - UFF e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, constituíram os primeiros Observatórios de Juventude em instituições universitárias brasileiras, juntamente com a Universidade Católica de Brasília que, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, lançou o Observatório de Violência nas Escolas. É importante ressaltar que a representação da UNESCO no Brasil foi responsável por diversas publicações e pesquisas que serviram e servem de referência para implantação de Políticas Públicas de Juventude - PPJ.

Destaca-se, nessa construção, o Seminário “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, organizado em 2002, pela ONG Ação Educativa juntamente com a

Fundação Friedrich Ebert. Esse seminário conseguiu reunir, de maneira ampla, pesquisadores, gestores, ONGs e grupos juvenis para delimitar e debater, com suporte nas experiências nacionais e internacionais apresentadas, questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude.

Também no ano de 2002, com o advento das eleições presidenciais, uma grande diversidade de organizações e movimentos de juventude de todas as regiões do Brasil, convocadas pela OBJ, UNESCO e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ, reuniram-se no Rio de Janeiro e, com base nas experiências das organizações e em consensos internacionais desenvolvidos pela sociedade civil organizada, aprovaram uma carta comum chamada de “Agenda Jovem 2002”. O ativismo de vários agentes sociais e o peso eleitoral dos jovens naquela eleição levaram os três principais candidatos à Presidência da República a apresentar propostas específicas para a juventude brasileira em seus planos de governo.

Logo após as eleições, o debate sobre juventude ganhou força em diversos espaços. Na Câmara dos Deputados foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude - CEJUVENT. Em 2004, esta Comissão realizou um processo inédito e experimental de Audiências Públicas de Conferências Estaduais de Juventude que culminou em uma denominada Conferência Nacional de Juventude, promovida pela Câmara dos Deputados.

Esse evento foi uma grande oportunidade de encontro para as organizações e movimentos de juventude e, apesar das dificuldades de organização, foi um marco relevante na construção das políticas públicas de juventude no Brasil, pois comprometeu o Parlamento brasileiro com o debate. Como resultado, a Conferência apresentou subsídios à formulação da Emenda Constitucional 65, que insere a juventude como público prioritário na Constituição, do Plano Nacional da Juventude, que estabelece metas a serem cumpridas em prol da juventude num período de dez anos, e o Estatuto da Juventude, que reafirma os direitos dos jovens e prevê a organização e estruturação do Estado brasileiro para que possa garantir referidos direitos. Tais iniciativas representaram esforços para transformar as políticas públicas de juventude em políticas de Estado, presentes na legislação nacional.

Vale ressaltar que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 138/2003), conhecida como a PEC da Juventude, constituída como Emenda 65 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2010. Em 2011 a Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto da Juventude, sendo agora apreciado no Senado Federal.

No período de 2003 a 2010, a temática avança efetivamente como preocupação relevante do Governo Federal. Institucionalmente, a busca

de desenhos adequados para o desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude, no novo cenário político brasileiro, foi sendo discutida por meio da criação de novos âmbitos de debate e formulação sobre o tema.

Inicialmente, houve no Governo Federal uma tentativa de constituir a questão da juventude pelo eixo do mundo do trabalho. Assim, foi desenvolvido o Programa Nacional do Primeiro Emprego - PNPE e criada uma unidade de juventude no Departamento de Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho (DPJ-MTE). Pelo fato de ser o primeiro grande programa para a juventude, ele gerou muita expectativa. A ação contava com o apoio do presidente e grande orçamento, mas deparou-se com dificuldades para o cumprimento de todas as suas metas.

Esses esforços do poder público foram acompanhados por debates e acordos de apoio desenvolvidos por organismos internacionais, como a elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil - IDJ da UNESCO e as propostas desenvolvidas por cerca de cem organizações de juventude no evento “Vozes Jovens I e II”, organizado pelo Banco Mundial, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República e o Sistema ONU no Brasil.

Outra importante iniciativa foi o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que realizou uma série de levantamentos, debates e pesquisas sobre a situação da juventude no País. Esse projeto, que envolveu boa parte dos especialistas brasileiros no tema, desenvolveu um consistente banco de informações, estudos e propostas sobre políticas públicas de juventude.

Também as organizações e movimentos da juventude buscaram articular-se para participar da formulação e definição das prioridades governamentais. Entre 2003 e 2005, foram criados fóruns e movimentos como a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente - REJUMA, o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, articulado pela União Nacional dos Estudantes - UNE, a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude - RENAJU, a Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis - FONAJUVES, exemplos da mesma intenção de distintos setores da juventude brasileira, de constituir plataformas e redes juvenis em âmbito nacional com cada uma reconhecendo seu papel e suas limitações. Em 1998, já havia sido lançada a Rede de Jovens do Nordeste – RJNE.

Nesse período, diversos governos municipais e estaduais criaram órgãos gestores de juventude e reforçaram ações visando à participação dos jovens na elaboração das PPJ, no “empoderamento” de suas organizações associativas, e numa maior efetividade na aplicação dos recursos, com suporte em esforços

capazes de mobilizar setores estratégicos do Poder Público e da sociedade civil pela promoção da juventude brasileira.

Em 2004, surge o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude em Fortaleza/CE, por meio da convocação e articulação do Evento de Juventude FUTURE – Feira de Rumos e Atitudes. O referido Fórum se instituiu visando articular as políticas públicas de juventude das unidades federativas brasileiras no plano nacional. Nesse mesmo ano, o governo federal dá um passo importantíssimo, ao instalar o Grupo Interministerial de Juventude encarregado de definir uma Política Nacional Integrada de Juventude. O grupo, formado por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, mapeou dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para construção de uma política nacional de juventude e recomendações para a elaboração desta política.

Segundo documento divulgado pelo Grupo Interministerial sobre o balanço das ações governamentais de Juventude na primeira gestão do Governo Lula, foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas e implementadas por 18 Ministérios ou secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público jovem (quinze a vinte quatro anos). As demais ações, ainda que contemplassem os jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles.

Como resultado, o Governo apresentou, em 2005, as suas primeiras ações de construção do embrião de uma Política Nacional de Juventude: a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Vale destacar que todos os países da América Latina, com exceção de Brasil e Honduras, já contavam, em 2003, com organismos governamentais para tratar das questões juvenis.

A Secretaria Nacional de Juventude passou a ser o organismo do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco o público juvenil. Ela também se tornou a principal referência governamental no que diz respeito à juventude, tanto na interlocução com a sociedade civil (movimentos, ONGs, grupos juvenis etc.) como no trabalho conjunto entre os Ministérios e Secretarias, visando à criação de mais programas e ações.

O Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE foi criado junto com a Secretaria Nacional de Juventude em fevereiro de 2005 e implantado em agosto desse mesmo ano, sendo sua primeira composição feita inicialmente por indicação do Governo Federal. Constituiu-se como espaço com a

importante tarefa de estabelecer diretrizes sobre a política nacional de juventude baseadas em um diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo.

É composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são indicados pelo poder público - Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e o Fórum de Gestores Municipais de Juventude - e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil – membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, redes e movimentos.

O PROJOVEM, que se tornou o principal programa de juventude do Governo Federal teve inicialmente como foco, jovens entre 18 e 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que não têm emprego com carteira assinada. Com uma metodologia que inclui a educação profissional, a conclusão do ensino fundamental e o desenvolvimento de ações comunitárias, o PROJOVEM estabelece ainda uma bolsa que estimula a participação do jovem em suas atividades.

Embora seja o principal programa da Secretaria Nacional de Juventude, de acordo com o discurso do Governo Federal, as políticas públicas nacionais de juventude vão muito além do PROJOVEM, de acordo com o trabalho apresentado pelo Conselho Nacional de Juventude em 2011, intitulado “Reflexões sobre as Políticas Nacionais de Juventude – 2003/2010”. As PPJs provêm de iniciativas de muitos outros Ministérios e Secretarias (Educação, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Ciência e Tecnologia, Cultura, Defesa, Turismo, Esportes, Desenvolvimento Agrário, Justiça, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e outros).

Pode-se, entretanto, considerar esse conjunto de iniciativas dos ministérios do Governo Federal como programas desintegrados e desconexos, ainda que haja um esforço da Secretaria Nacional de Juventude para realizar melhor articulação desse “amontoado” de ações e projetos para os jovens. Inclusive, a referida Secretaria lançou um Guia de Políticas Públicas de Juventude, catalogando os principais programas de juventude do Governo Federal.

O Governo Lula lançou, no final de 2007, de forma inédita, um programa unificado de juventude, reformulando o PROJOVEM, com a integração de seis programas federais já existentes, chamado pela imprensa de Programa de Aceleração do Crescimento - PAC da Juventude, com investimento aproximado previsto de cinco bilhões até 2010, visando atender mais de quatro milhões de

jovens. Com a reformulação, passou a ser denominado PROJOVEM Integrado tendo quatro modalidades: Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente.

É importante destacar que pela primeira vez na história do Brasil, um programa específico de juventude, no caso o PROJOVEM, constou no Plano Plurianual do Governo Federal. A iniciativa teve o apoio do Presidente Lula e grande orçamento, mas deparou-se com dificuldades para o cumprimento de metas e houve denúncias, por parte da imprensa, de desvios de recursos públicos na operacionalização do programa.

Inclusive a Presidente Dilma após essa avaliação não muito promissora dos resultados e metas do programa, lançou uma nova ação de qualificação profissional, instituindo o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, focando vários segmentos da juventude e da população brasileira, e fazendo uma série de mudanças no PROJOVEM Integrado. Uma dessas mudanças foi transferir da Secretaria Nacional de Juventude para o Ministério da Educação a gestão do PROJOVEM Urbano. Ainda há dúvidas, neste terceiro ano do Governo Dilma, sobre o futuro das outras três modalidades do programa.

Realizou-se também a 1ª e 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, promovida pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, vindo a ocorrer em 2008 e 2011, respectivamente, com a participação de milhares de jovens na sua etapa final, em Brasília, e nas diversas etapas estaduais e municipais, além das conferências livres. Essas conferências tiveram como objetivo ampliar o diálogo e debate com os jovens acerca das políticas de juventude e, ao final da primeira conferência foram indicadas setenta resoluções e vinte e duas prioridades aprovadas pelos delegados presentes, para serem encampadas pelo Governo Federal. A segunda conferência foi confusa porque não houve um resgate das proposições elencadas na primeira e as propostas encaminhadas na conferência de 2011 foram pouco consistentes e sem muita flexibilidade para o debate.

Uma iniciativa importante para impulsionar as políticas de juventude no Brasil foi “Pacto pela Juventude”, que se consistiu numa proposição aos governos (federal, estaduais e municipais), e foi muito utilizado para que os candidatos a prefeitos, vereadores, governadores, deputados e senadores, nos dois últimos pleitos eleitorais, se comprometessem com as políticas públicas de juventude nas suas plataformas eleitorais e futuras ações de governo.

A Secretaria e Conselho Nacional de Juventude tiveram no “Pacto pela Juventude” um instrumento para manter o debate em torno dos temas

apresentados pela Conferência, viabilizando a ampla divulgação dessas propostas e o comprometimento com alguns parâmetros para implementação das políticas públicas de juventude.

Na nova gestão da Secretaria Nacional de Juventude, no Governo Dilma, não surgiram novidades de impacto e nenhuma ação mais estruturadora das políticas de juventude no Brasil. A grande ação foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, aqui já comentada, que teve sua convocação realizada pelo Presidente Lula no último ano do seu governo.

A secretária nacional de juventude, Severine Macedo, anunciou as primeiras ações mais estruturais da sua programação de trabalho no final de 2011 com três novos programas, até para fazer um contraponto à perca da gestão do seu principal programa, Projovem Urbano, para o Ministério da Educação, a saber: Estação Juventude, fortalecimento dos Conselhos de Juventude e Observatório de Políticas de Juventude.

O primeiro, Estação Juventude, trata-se de um Centro de Políticas de Juventude que deve ser implantado pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com os municípios brasileiros. Neste Centro o jovem poderá encontrar diversos programas de juventude, além de um espaço de socialização, encontro e informação juvenil.

O fortalecimento dos Conselhos de Juventude já está sendo operacionalizado pela Secretaria Nacional de Juventude. O Governo Federal está repassando recursos para as unidades federativas fortalecerem seus conselhos com a realização de mais ações locais e para estruturação mais consistente dos mesmos.

O Observatório de Políticas de Juventude não tem uma definição específica de sua atuação. A ideia inicial é lançar bases para alavancar a pesquisa no Brasil em torno das Políticas Públicas de Juventude, além de levantar e sistematizar dados sobre a juventude brasileira.

As iniciativas da nova gestão da Secretaria Nacional de Juventude são boas e úteis para o processo de consolidação das políticas de juventude, mas ainda não se sabe como, onde e quando vão acontecer, excetuando a ação de fortalecimento dos Conselhos de Juventude. É importante haver uma reflexão sobre todas as ações em vigor e apontar num futuro breve como fica o conjunto das políticas de juventude no Brasil, até para que não ocorram retrocessos numa série de avanços que foram conquistados, principalmente no Governo Lula.

Considerações Finais

De forma sintética, o desafio desse artigo foi fazer uma discussão inicial sobre a compreensão da juventude na contemporaneidade, identificado os diversos olhares atribuídos aos jovens pela sociedade, para em seguida, realizar uma contextualização e resgate da trajetória de construção das políticas de juventude no Brasil.

Observa-se que há uma ampla e diversificada percepção na sociedade sobre a juventude. O senso comum, no entanto, continua representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados, principalmente pela grande mídia, à violência e aos desvios de conduta.

Continua sendo um desafio para aqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens, reconhecer a diversidade da juventude, e pronunciar juventudes, no plural, para que a partir dessa melhor compreensão, possam-se construir políticas de juventude sustentáveis e com resultado.

Este quadro das políticas de juventude nos permite mostrar que, especialmente em nosso país, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de transformar em políticas públicas de Estado, as atuais políticas de governo para o público juvenil.

Identifica-se que já se deram passos importantes para consolidação desse processo. O início da institucionalização das políticas de juventude, em 2005, com a criação da Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, foi um relevante passo à frente.

Entretanto, constata-se que se está longe de ter uma *Política Nacional de Juventude*. Ainda necessita-se construí-la! O que está posto como vitrine pelo Governo Federal é um grande programa emergencial, PROJOVEM, para um segmento importante da juventude, com demandas bem específicas, que são os jovens mais pobres que pararam de estudar e não trabalham. Têm-se ainda alguns programas em outros ministérios, bastante desarticulados nesta lógica da política pública integrada.

É necessário e urgente estruturar uma “Política Nacional de Juventude Universal”, ou seja, para todos os jovens, com horizonte de longo prazo e

com sustentabilidade política e orçamentária, e continuar o percurso de consolidação das políticas de juventude numa agenda pública de Estado.

Nesse momento lançar pilares novos e estruturantes para que a Política Pública de Juventude possa alcançar outro patamar está na ordem do dia. Sem novas ações estruturantes e de folego, programas diferenciados e uma verdadeira rede de serviços de juventude constituída para suprir as necessidades e demandas dos jovens e da sociedade brasileira, dificilmente teremos as respostas que queremos para nossa juventude.

Por isso se queremos que essa e as próximas gerações tenham sua inclusão e sejam protagonistas num processo sustentável, é essencial, fazendo um trocadilho, criamos uma nova geração de políticas públicas de juventude.

ABSTRACT: This article deals with the object of public policies for youth. We initially discuss on the understanding of contemporary youth, identifying the various looks attributed to youths by society. Subsequently, we carry out a brief contextualization and rescue of policies for youth in Brazil, reporting the course of these policies and their situation at the present moment. The current framework of policies for youth in our country shows that there is still a long way to go to turn into State public policies the current government policies for the young people.

Artigo

Recebido: 27/10/:2012

Aprovado: 14/11/2012

Keywords: youth, policies for youth, public policies.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPED n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

CLEMENTINO, Josbertini Virgínio. As políticas de juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas. Fortaleza: EdMeta, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude – 2003/2010. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011.

FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2010. Brasília, 2010

_____. População jovem no Brasil: A dimensão demográfica. Brasília, 2000.

IPEA. Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR). Relatório do Grupo Interministerial da Juventude. Brasília, 2004.

SPOSITO, Marília P. e CARRANO Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./dez. 2003.

UNFPA. A situação da população mundial 2010, UNFPA, Nova Iorque, 2010.